

SOUZA, M. L.; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004. 136 p.: in il. Coleção Paradidáticos; Série sociedade, espaço e tempo.

**Kássia Nunes da Silva**  
Universidade Federal de Uberlândia  
Licenciada em Geografia e graduanda do Curso de Bacharelado em Geografia.  
kassianunesdageo@yahoo.com.br

## **Resenha do Livro: Planejamento Urbano e Ativismos Sociais**

A obra intitulada “Planejamento Urbano e Ativismos Sociais”, cujos autores são Marcelo Lopes de Souza – professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – e Glauco Bruce Rodrigues – professor da Universidade Estácio de Sá (Rio de Janeiro) - pertence à coleção de livros paradidáticos da série Sociedade, Espaço e Tempo. A presente obra foi publicada pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) no ano de 2004, através da editora UNESP.

O livro em questão tem como finalidade promover uma abordagem relacionada à temática dos principais problemas urbanos que afetam as cidades, sobretudo as de grande porte. Em meio a esta problemática, os autores destacam questões voltadas tanto para a expansão das favelas e periferias e o aumento do tráfego de drogas, quanto para as políticas públicas de segurança, considerando estes como sendo fatores preocupantes que atuam nas cidades. Neste contexto, a obra vem propor que o caminho para a solução, ou ao menos, para a minimização de tais problemas é realizar o planejamento urbano por meio do poder do Estado, bem como promover a organização de grupos entre a sociedade civil (sem-teto, associação de moradores etc.), através do poder descentralizado, buscando constituir uma cidade mais justa através da eliminação das desigualdades socioeconômicas, assim como da segregação residencial. Na tentativa de demonstrar o intenso vínculo existente entre a cidade e a sociedade local, os autores da obra fazem uma relação entre alguns atores sociais publicamente conhecidos, como o conjunto habitacional Cidade de Deus e o grupo musical Racionais MC's com a cidade, neste caso, o Rio de Janeiro.

No que tange à estrutura da obra, esta é dividida em introdução, seis capítulos, conclusão, sugestões de leitura e questões para reflexão e debate.

Neste sentido, os autores iniciam a obra questionando se o planejamento urbano seria a solução para resolver os problemas da cidade, ou seja, ele questiona se seria tão simples assim

solucionar todos estes problemas (relacionados ao trânsito, meio ambiente, crescimento das favelas e loteamentos irregulares etc.) apenas com a implementação de um planejamento. Assim, os autores colocam que o planejamento conservador sempre considerou as favelas como uma doença que precisa ser excluída das cidades, nunca tendo existido uma proposta que resolvesse a origem dos problemas destas ocupações; a “solução” que os governantes encontram é sempre remanejar a população das favelas para um local distante das áreas da cidade.

A obra retrata especificamente do caso da cidade do Rio de Janeiro e, sendo assim, os autores sugerem alguns exemplos de situações de descaso, preconceito e indiferença, vivenciadas por moradores desta cidade como é o caso da origem do conjunto habitacional Cidade de Deus que abrigou famílias oriundas de favelas nos anos 1970 e das manifestações político-culturais (*hip hop*) que surgem no guetos de cidades norte-americanas e periferias das cidades brasileiras.

Portanto, o livro tem como finalidade propor e demonstrar a necessidade de desenvolver o planejamento de forma conjunta entre o Estado (governo federal, estadual e municipal) e a população civil, visto que, esta deve ter participação nas decisões de como solucionar os problemas de sua cidade, sistematizando assim os ativismos sociais.

Neste contexto, os autores destacam a importância de se diferenciar as expressões “planejamento urbano” e “gestão urbana”, que devem ser encaradas como sendo complementares. O planejamento urbano é uma atividade que se remete ao futuro, uma vez que busca prever a evolução dos processos, problemas e dificuldades gerados no momento atual. O planejamento visa ainda aproveitar as vantagens e benefícios que possivelmente surgirão. Já a gestão urbana é uma atividade do presente que está relacionada à administração de situações imediatas, rotineiras e que demandam curto prazo de tempo. Assim, o horizonte temporal é a diferença básica entre essas duas expressões.

A ação de desenvolver um planejamento urbano, nada mais é do que realizar um prognóstico, estabelecendo simulações de possíveis cenários futuros, possibilitando assim a efetivação de um planejamento mais eficaz. Contudo, existem linhas de pensamento que discordam da ação de planejar possíveis situações futuras para uma cidade, como é o caso dos marxistas e conservadores. Os marxistas acreditam que como o Estado é capitalista, este estará a serviço a classe dominante e, portanto, atenderá apenas aos interesses desta classe. No entanto, os autores afirmam que esta é uma teoria simplista, pois apesar do Estado ser regido pelo sistema capitalista, nada impede de o cargo ser ocupado por um governante que atenda

aos interesses das classes populares e, além disso, reduz o planejamento do poder apenas do Estado e exclui a participação popular do seu desenvolvimento, o que é completamente equivocado. Já os conservacionistas acreditam que o Estado deve intervir o mínimo possível nos processos econômicos e sociais, relegando isto ao mercado, onde empresas e indivíduos teriam o direito à livre concorrência. Neste sentido, ao diminuir o poder do Estado nas questões econômicas e sociais, conseqüentemente haverá a redução de sua capacidade de planejamento. Portanto, segundo os autores, não se pode considerar o planejamento como conservacionista nem como democrático, visto que o mesmo deve ser articulado tanto por poderes estatais quanto por grupos sociais. Sua maior tendência às práticas conservacionistas está relacionada ao sistema que rege o Estado – o capitalismo – o qual é administrado pelas classes dominantes que irão defender seus interesses.

No que tange à sociedade capitalista, têm-se a separação de duas classes sociais: a classe capitalista – detentora da propriedade privada dos meios de produção – e a classe trabalhadora – que vende sua força de trabalho aos capitalistas para sobreviver; a intensa desigualdade econômica é fundamental no processo de exploração da minoria rica sobre a maioria pobre. Assim sendo, o Estado, que é composto pela elite, tende a tomar decisões que beneficiam sua classe, isto é, os grupos sociais que já possuem privilégios.

Existem exemplos típicos de planejamentos conservadores, como é o caso das práticas de zoneamento urbano dos Estados Unidos e a segregação racial promovida na África do Sul durante o regime do *apartheid*. Nos Estados Unidos houve a exclusão de grupos sociais, devido a questões raciais e econômicas, que restringia a população não-branca a residir em determinadas localidades. Já na África do Sul foram criadas várias cidades periféricas (*townships*) para abrigar a população negra (que era a maioria), visto que, as cidades centrais eram consideradas território dos brancos. Mesmo com o fim do planejamento urbano racista imposto nestas localidades, as desigualdades sociais cristalizadas por um longo período ainda não deixaram de imperar.

No Brasil, o planejamento conservador também se fez presente, como foi o caso da Reforma Passos ocorrida no Rio de Janeiro no início do séc. XX. Essa reforma instituiu o alargamento de ruas, abertura de vias, embelezamento da área central, enfim, modificou a estrutura das áreas mais importantes da cidade (áreas institucionais como o palácio do Catete, por exemplo). Tal reforma originou conseqüências como a criação de favelas e suburbanização de parcela da população que foi retirada de seu local de origem. O planejamento urbano conservador no Brasil se intensificou bruscamente no período do regime

ditatorial, o qual privava pela “segurança nacional” e pela modernização e aprofundamento do desenvolvimento do capitalismo no país. Para atingir seus objetivos, os ditadores governavam o país de forma extremamente autoritária, promovendo censuras à músicas, livros, jornais, filmes e a qualquer manifestação que ameaçasse as políticas do governo. As repressões eram feitas por meio de proibição a greves, dissolução dos sindicatos, prisões de líderes, espancamentos, torturas e até mesmo assassinatos.

No período dos anos 1980 e 1990, o Brasil passou por uma “redemocratização” vivendo novas práticas de planejamento que ficou conhecido como planejamento “mercadófilo”. Este planejamento visava garantir a manutenção das questões econômico-sociais e espacial do sistema capitalista, ou seja, buscava defender os interesses do setor privado e das classes dominantes em detrimento do setor público e das classes menos favorecidas. Neste sentido, esse planejamento tinha a preocupação de promover o embelezamento das cidades na busca de atração de investimentos e turistas, procurando dinamizar a economia local.

A reforma urbana não é um processo fácil e nem simples de se desenvolver, sendo necessária e essencial a participação da sociedade civil, a qual é formada por diversos grupos e organizações, na condução de um efetivo planejamento. Neste sentido, os principais obstáculos encontrados na implementação da reforma urbana são: obstáculos políticos, econômicos, sociopolíticos, dentre outros.

Um fator importante no planejamento e na gestão da reforma urbana é a forma como é decidida onde e como serão investidos os recursos públicos. Na maioria dos municípios brasileiros, o destino destes recursos é administrado pelos governos, no entanto, em alguns municípios foi está sendo implantado o chamado “orçamento participativo” que possibilita a participação da sociedade civil em deliberar sobre o orçamento público. Como exemplo tem-se o município de Porto Alegre-RS que, apesar dos problemas e dificuldades, representa um modelo consistente na efetivação do orçamento participativo.

No que tange aos ativismos e movimentos sociais, os autores colocam que é difícil fazer a diferenciação destes na prática, pois, qualquer mobilização social é considerada um ativismo, porém nunca se sabe quando esta simples mobilização pode evoluir para movimentos mais ambiciosos. Na obra é explicado de forma minuciosa sobre os ativismos de bairro, os quais tiveram seu apogeu entre meados dos anos 1970 e meados dos anos 1980, cumprindo uma função histórica; porém, após esta época foi entrando em declínio. Entretanto, estes ativismos contribuíram bastante para exercer a cidadania dentro das sociedades,

auxiliando os cidadãos a buscarem os seus direitos e a analisarem de maneira crítica as questões políticas, bem como as formas de organização de planejamentos e gestões urbanos.

Apesar do estado de decadência por que passaram os movimentos sociais, ainda sim foram surgindo novas organizações populares a fim de propor novas formas de administração dos espaços urbanos. Surge, portanto, o Movimento de Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que foi criado a partir do Movimento Sem-Terra (MST), o qual luta por moradias dignas e se contrapõe a diversos processos políticos e econômicos que originam as desigualdades sociais. O *hip hop* é outro movimento social que nasceu nos guetos das grandes cidades norte-americanas na década de 1970. Estas organizações buscam uma série de direitos civis e políticos, por parte dos negros, que visam combater a desigualdade e a segregação social, étnica e residencial. No Brasil o *hip hop* é desenvolvido nas periferias, favelas e conjuntos habitacionais, sendo transmitido através de três elementos: os *raps* (música do *hip hop*), o *break* (dança do *hip hop*) e os grafites (arte gráfica do *hip hop*) que são difundidos por todos os espaços das cidades em forma de protesto às situações em que eles são submetidos.

É sabida a importância que os movimentos sociais têm no que tange à luta pelos seus direitos e por melhores condições de vida. No entanto, é fundamental que os ativistas sociais tenham a consciência do papel exercido pelas Prefeituras Municipais, isto é, qual o alcance político e econômico que estes órgãos detêm. Isso se faz necessário, porque se deve avaliar o que se consegue obter em meio a estes órgãos. Além disso, os problemas gerados na cidade não devem ser encarados apenas como problemas urbanos locais, pois eles não são explicados apenas pelo que acontece na própria cidade, visto que, possuem dimensões mais amplas, podendo ter relação com a escala regional e até mesmo com a escala global. Neste sentido, apesar da importância de procurar solucionar os problemas em um âmbito local, é preciso pensar e agir também de maneira mais abrangente.

O livro em questão aborda uma temática muito pertinente para a atualidade, visto que, nunca houve no país uma política pública que contemplasse de maneira justa e democrática as reais necessidades da população. Como colocam os autores, as políticas até então implementadas para o desenvolvimento das cidades, sempre estiveram voltadas para atender as classes dominantes, promovendo o embelezamento dos bairros nobres das cidades, constituindo assim como um planejamento urbanístico e não como planejamento urbano. Outro ponto relevante que se pode observar na obra é a questão do orçamento participativo, o qual os autores abordam com louvor, visto a importância da participação da sociedade civil de opinar sobre os recursos públicos e onde estes devem ser investidos para melhorar a vida dos

cidadãos. Percebe-se a importância de se promover debates para análises de questões voltadas para os problemas e dificuldades encontradas no meio urbano, a fim de propor medidas mitigadoras para os mesmos; vê-se também urgência no desenvolvimento de um planejamento adequado às reais necessidades da população, uma vez que o planejamento é implantado em longo prazo e, sendo assim, quanto antes houver a implantação das medidas necessárias, mais rápido serão solucionados os problemas, elevando assim a qualidade de vida da população. Portanto, atribuo importância significativa a este livro, visto que, ele tem caráter social e busca realizar uma discussão acerca de situações vivenciadas pela sociedade, a nível mundial, porém dando enfoque para o caso específico do Rio de Janeiro.

Neste sentido, esta obra se faz interessante tanto para professores de ensino superior, quanto para graduandos, sobretudo, dos cursos de Geografia, História, Ciências Sociais e Antropologia, que promovem estudos referentes ao homem, seu modo de vida e às necessidades inerentes à sua existência.

O presente livro tem como autores:

- Marcelo Lopes de Sousa – professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NUPED). Doutorou-se em Geografia na Universidade de Tübingen (Alemanha), onde foi professor visitante. Ganhou o *Prêmio Jabuti em 2001*.
- Glauco Bruce Rodrigues – professor na Universidade Estácio de Sá (Rio de Janeiro) e pesquisador do Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NUPED).